



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

**Comissão Especial sobre o FPM e os Fundos Constitucionais Sul/Sudeste
(PEC 231/2019)**

REQUERIMENTO Nº DE 2025
(Do Sr. Marcel van Hattem)

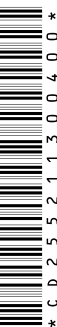
Requer a realização de audiência pública para debater fundamentos de política econômica liberal aplicados à PEC 231/2019 e apensadas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão Temporária, com o objetivo de ouvir instituições e economistas liberais sobre os impactos das PECs 231/2019, 25/2022 e 27/2023 na responsabilidade fiscal, na alocação eficiente de recursos, no federalismo cooperativo pró-mercado e no ambiente de negócios nos municípios.

Para as apresentações e debates, sugere-se a participação dos seguintes convidados:

- Representante do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)
- Representante do Instituto Liberdade;
- Representante do Instituto Millenium;
- Representante do Instituto Mises Brasil (IMB);
- Representante do Observatório de Política Fiscal da FGV (IBRE);





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

- Representante do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper;
- Representante do Instituto de Formação de Líderes (IFL).

JUSTIFICATIVA

As propostas de emenda à Constituição em discussão alteram a repartição de receitas da União e, por isso, impactam diretamente a organização do Estado, a saúde das contas públicas e a qualidade dos serviços entregues ao cidadão.

Descentralizar recursos é desejável, mas deve ser feito com responsabilidade: regras claras, previsibilidade e compromisso com o equilíbrio fiscal. Esse é o caminho para dar segurança a quem investe, estimular a atividade produtiva e fortalecer a livre iniciativa nos municípios, evitando soluções fáceis que apenas transferem o problema sem corrigi-lo.

A audiência deve avaliar se as mudanças propostas se encaixam nas normas fiscais vigentes e quais são os efeitos esperados sobre a dívida pública e o resultado das contas. Importa, sobretudo, discutir finalidade e qualidade do gasto: recursos adicionais precisam se converter em obras e serviços que aumentem a produtividade local, como manutenção de vias, saneamento, iluminação, ordenamento urbano, segurança jurídica e ambiente mais simples para abrir e operar empresas, ao invés de alimentar despesas correntes sem retorno para a população. Metas, prazos e indicadores de resultado precisam ser fixados, unidos à promoção de cronogramas e relatórios acessíveis.

Também é oportuno abordar formas de atração do capital privado para projetos municipais. Transferências previsíveis e gestão responsável podem abrir espaço para concessões, parcerias e instrumentos de mercado, reduzindo a dependência de subsídios. Licenciamento mais ágil, contratos bem estruturados e estabilidade regulatória são condições que destravam





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

investimentos em turismo, mobilidade, resíduos, iluminação e infraestrutura social, setores que, quando bem geridos, geram emprego e receita sem ampliar a máquina pública.

Ao ouvir instituições e economistas liberais com experiência em finanças públicas, federalismo e desenvolvimento, a Comissão qualifica a decisão e afasta o voluntarismo fiscal. O objetivo é simples e concreto: usar melhor cada real, fortalecer a autonomia municipal, estimular a concorrência e respeitar o contribuinte.

Sala das Comissões, em de outubro de 2025.

MARCEL VAN HATTEM
(NOVO/RS)

